

Um estudo sobre a inserção da educação financeira como tema curricular nas escolas públicas brasileiras

*Amarildo Melchhiades da Silva*¹, *Marco Aurélio Kistemann Jr.*², *Márcio Carlos Vital*³

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) / Brasil, xamcoelho@terra.com.br

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) / Brasil, marco.kistemann@ufjf.edu.br

³ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) / Brasil, mc.vital@hotmail.com

Resumo. Neste artigo apresentamos uma análise da proposta brasileira de inserção da Educação Financeira nas escolas públicas brasileiras em atendimento às recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ponto de partida de nosso estudo foi a análise da criação de um programa de Educação Financeira pela OCDE em 2003, com o objetivo de educar financeiramente os cidadãos de seus países membros e dos países não-membros convidados a participar. Num segundo momento, analisamos a participação brasileira a partir do ano de 2007, que buscou atender as metas e ações determinadas pela organização. Nas ações brasileiras, nossa análise tem como foco a parte do projeto destinado a inserção do tema no ambiente escolar e, em particular, o projeto pedagógico proposto pelo governo brasileiro. Concluímos nosso estudo sugerindo a importância de que a comunidade de educadores matemáticos e os professores de matemática, inseridos nessa comunidade, aprofundem uma discussão e desenvolvam pesquisas sobre o tema para além da esfera governamental.

Abstract: In this article, we present an analysis of the Brazilian proposal of insertion of financial education in public schools in Brazil in attendance to recommendations of the Organization for economic co-operation and development (OECD). The starting point of our study was the analysis of the creation of a financial education program by the OECD in 2003, with the goal of educating financially the citizens of their countries members and non-members invited to participate. Secondly, we analyze the Brazilian participation from the year 2007 that sought to meet the goals and actions determined by the organization. In Brazilian actions, our analysis focuses on the part of the project for the inclusion of the topic in the school environment and, in particular, the pedagogical project proposed by the Brazilian Government. We concluded our study suggesting the importance of the community of educators, mathematicians and math teachers, inserted in this community, deepen a discussion and develop research on the topic in addition to the governmental sphere.

Palavras-chave: Educação matemática; Educação financeira; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Escola pública.

Introdução

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado *Uma Experiência de Design em Educação Matemática: O Projeto Educação Financeira Escolar*, que tinha como objetivo desenvolver um estudo teórico de inserção da Educação Financeira nas escolas públicas brasileiras através do *design* de um currículo para o tema através da análise de estudos desenvolvidos pela OCDE e por seus países membros, em particular os Estados Unidos (Silva, 2011).

A pesquisa caracterizou-se como uma abordagem qualitativa de investigação do tipo documental. Nossa recolha e análise de dados foi feita a partir de diversos documentos oficiais emitidos pelo governo brasileiro e do material didático produzido pelo grupo reponsável por introduzir a Educação Financeira nas escolas públicas.

A importância desse tema reside no fato de que em muitos países as propostas de inserção da Educação Financeira têm sido discutidas apenas na esfera governamental e podem chegar ao sistema educacional sem uma reflexão e discussão com os professores e outros profissionais envolvidos com a escola. Por outro lado, está surgindo na comunidade de Educação Matemática brasileira um número crescente de pesquisas sobre o tema, que parece ser um caminho bastante frutífero para investigação, pela importância social e amplitude do tema. (cf. Pelicioli, 2011; cf. Souza, 2012; vf. Campos, 2013; cf. Hofmann, 2013; cf. Losano, 2013).

O programa de trabalho da OCDE, aprovado pelo conselho para o biênio 2003-2004, incluiu um projeto intitulado *Financial Education Project* (Projeto de Educação Financeira) que nasceu do interesse dos países membros da organização em educar financeiramente seus cidadãos e foi desenvolvido por dois Comitês da OCDE, a Comissão de Mercados Financeiros e de Seguros e a Comissão de Pensões Privadas. A primeira fase do projeto culminou, em 2005, com a publicação da pesquisa registrada em um relatório intitulado *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* (Melhoria da Literacia Financeira: Análise de Questões e Políticas) (cf. OECD, 2005a). O relatório gerou outro documento, mais conciso e com sugestões práticas destinadas aos governos, denominado *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e Conscientização*, onde encontramos a definição de Educação financeira proposta pela OCDE:

Educação Financeira é o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OECD, 2005b).

Esse conceito passou a ser adotado por alguns países na construção de sua proposta de Educação Financeira como, por exemplo, Espanha (cf. CNMV/Banco de España, 2008) e Brasil (Brasil/ENEF, 2011b, pp. 57-58).

Em 2008, a OCDE publicou um relatório, como parte de seu Programa de Educação Financeira iniciado em 2003, intitulado *Programas de educação financeira nas escolas: análise de programas atuais selecionados e literatura de projetos de recomendações para as melhores práticas* (Mundy, 2008). Esse relatório teve como objetivo analisar os programas de Educação Financeira existentes nas escolas e estabelecimentos de ensino e analisar as pesquisas disponíveis sobre a eficácia das iniciativas sobre o assunto destinado a crianças e adolescentes em idade escolar em alguns dos seus países membros e em países não membros da OCDE.

O Brasil iniciou sua participação no projeto, proposto pela OCDE, através de diversas ações que passaremos a discutir.

A participação brasileira no projeto da OCDE

As mudanças econômicas, sociais e tecnológicas crescentes, em todo o mundo, apontaram para a urgência da implementação de ações governamentais com o objetivo de educar financeiramente a população. Por exemplo, a partir de estudos realizados no âmbito dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e países emergentes, evidenciou-se um baixo nível de consciência financeira e falta de autoconsciência de grupos vulneráveis e desfavorecidos (IGFE, 2010). Em particular no Brasil, de acordo com Saito (2007), o extenso período de inflação comprometeu a capacidade da população brasileira de planejamento econômico-financeiro de longo prazo.

Diante de uma tendência mundial, o governo brasileiro formou, em novembro de 2007, um grupo de trabalho com representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e da

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para desenvolver uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Em 2010 o governo brasileiro instituiu, através de um decreto, a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF seguindo uma recomendação da OCDE de inserção da educação financeira no sistema escolar para que as crianças desde cedo tivessem contato com o assunto. O objetivo seria educar as crianças e adolescentes para lidar com o uso do dinheiro de maneira consciente de modo a desenvolver hábitos e comportamentos desejáveis. Com esta finalidade, a ENEF envolveu, na concepção de uma proposta de ensino para as escolas de instituições públicas de ensino – o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e o Colégio Pedro II –, o Conselho Nacional de Secretários de Educação/Consed, a União dos Dirigentes Municipais de Educação/Undime, entidades do setor financeiro, como o Instituto Unibanco e órgãos do governo. O Ministério de Educação e Cultura (MEC) participou através da Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Para elaborar um documento que apresentasse um modelo conceitual para levar a Educação Financeira às escolas foi constituído o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), sob a orientação e supervisão do MEC. O documento final, intitulado *Orientações para Educação Financeira nas Escolas*, apresentou um conjunto de princípios que tinham como finalidade nortear o ensino de educação financeira (cf. Brasil/ENEF, 2011b, pp. 56-85).

Além da elaboração do documento, o GAP realizou outras ações para levar a Educação Financeira para as escolas. O plano de ações envolvia a formação de professores e a realização de um projeto piloto que pretendia envolver as escolas que participavam de um programa de governo denominado *Programa Mais Educação*, que era uma das metas de outro programa do MEC intitulado *Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. O plano de ações envolvia: uma campanha de sensibilização do público envolvido com educação e com a comunidade escolar, como pais e estudantes, e iniciativas voltadas a profissionais da área de educação, como educadores e gestores do sistema público e privado de ensino; a formação de professores; ações de implementação da proposta nas escolas; ações de expansão da ENEF em outros estabelecimentos de ensino no país; e ações de controle e avaliação dos resultados de forma qualitativa e quantitativa.

O material didático inicialmente produzido pelo programa atendeu o projeto piloto que teve duração de três semestres letivos, de agosto de 2010 até dezembro de 2011. Neste primeiro momento a avaliação englobou somente o Ensino Médio¹. Foram observados 891 escolas e 26981 alunos, com 13745 alunos no grupo de controle e 13236 alunos no grupo de tratamento, em seis estados brasileiros. Nesse momento, o grupo de trabalho passou a investir em uma proposta de ensino para a Educação Financeira nas escolas públicas brasileiras através, principalmente, da produção de material didático.

O Projeto Pedagógico proposto pelo governo brasileiro

O ponto de partida para o desenvolvimento de ações práticas para a escola foi o desenvolvimento de um documento intitulado *Orientações para Educação Financeira nas Escolas* elaborado sob a coordenação do Instituto Unibanco, uma instituição financeira particular.

Nossa análise, a seguir, se pautará no material didático disponível, constituído pelo Livro do Professor, Livro do Aluno e Caderno do Aluno, elaborado para estudantes do Ensino Médio, pois não há outra fonte de informação disponível para análise.

A proposta pedagógica e o modelo conceitual do material com o objetivo de educar financeiramente os estudantes brasileiros é apresentada no Livro do Professor. A proposta toma como ponto de partida a definição de educação financeira apresentada pela OCDE, cujo modelo pedagógico é apresentado nos seguintes termos:

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre as situações cotidianas da vida do aluno, porque é nelas que se encontram os dilemas financeiros que ele precisará para resolver (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 7).

Segundo o documento, o modelo pedagógico se apóia em duas dimensões conceituais denominadas dimensão espacial e temporal. O que justifica esta perspectiva é o fato de que “o cotidiano acontece sempre em um espaço e tempo determinados” e “como a

¹ O Ensino Médio brasileiro tem três anos de duração. É a etapa da formação básica dos estudantes que têm geralmente entre 15 e 17 anos de idade.

Educação Financeira é comprometida com esse cotidiano”, é importante que seja estudada de acordo com essas dimensões (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 8).

O que vem a ser dimensão espacial é explicitada da seguinte maneira:

Na dimensão espacial, os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando-se como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social e vice-versa. Essa dimensão compreende os níveis individual, local, regional, nacional e global, organizados de modo inclusivo (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 8).

O documento chama a atenção para o que deve ser entendido como “nível individual” na proposta do material didático. Para eles, este nível engloba também a família do estudante, pois entendem que o aluno deste nível de ensino não goza de autonomia financeira. E por família entende-se o “conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, independente dos laços familiares” (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 8).

A dimensão temporal é expressa nos seguintes termos:

Na dimensão temporal, os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto das decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas conseqüências – positivas e negativas – serão vivenciadas no futuro (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 8).

As duas dimensões conceituais se conectam a sete objetivos gerais. Os quatro primeiros objetivos estão relacionados à dimensão espacial – são eles: (1) formar para a cidadania; (2) ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável; (3) oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude; (4) formar disseminadores. Os outros três objetivos relacionam-se com a dimensão temporal e estão voltados para as articulações entre o passado, o presente e o futuro – são eles: (5) ensinar a planejar em curto, médio e longo prazo; (6) desenvolver a cultura da prevenção; e (7) proporcionar a mudança da condição atual. Este último objetivo está relacionado à perspectiva da proposta de que com os conhecimentos e as competências advindas do estudo de Educação Financeira, o estudante e sua família podem ascender socialmente.

Os objetivos, segundo a proposta, se traduzem e se relacionam com dez competências, como sugere o quadro abaixo, lembrando que os quatro primeiros objetivos são espaciais e os três últimos são temporais (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 12) (Quadro 1).

Quadro 1 – Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências

Objetivos	Competências
OB1 Formar para a cidadania	CO1 Debater direitos e deveres
OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	CO2 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis CO3 Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida.
OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	CO4 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira CO5 Ler criticamente textos publicitários CO6 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades
OB4 Formar disseminadores	CO7 Atuar como multiplicadores
OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazo	CO8 Elaborar planejamento financeiro
OB6 (6) Desenvolver a cultura da prevenção	CO9 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
OB7 Proporcionar a mudança da condição atual	CO10 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Nota: OB – Objetivo; CO – Competência

A proposta acima, sob a nossa perspectiva, abre vários questionamentos que precisariam ser esclarecidos para a compreensão dos professores e de todas as pessoas interessadas da proposta. Por exemplo: o que os formuladores desta proposta concebem como competências?

Quando falamos em competências, atualmente, no Brasil, isto pode remeter a avaliações em larga escala. E como a ENEF parece seguir as propostas da OCDE, é possível que os formuladores da proposta tenham em mente a perspectiva do PISA, em nível internacional, ou a da Prova Brasil, uma avaliação em larga escala nacional a que são submetidos os estudantes brasileiros. A Prova Brasil, foi um mecanismo criado pelo MEC/INEP para avaliar os sistemas públicos de ensino e suas escolas nas áreas de Língua

Portuguesa e Matemática, buscando identificar o nível de proficiência do conjunto de seus alunos em relação aos conhecimentos, habilidades e competências pré-fixadas. Do ponto de vista metodológico, a Prova Brasil adota a perspectiva teórica e os mesmos procedimentos e técnicas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como por exemplo as matrizes de referência e os testes padronizados para medir o que os estudantes demonstram saber e são capazes de fazer nas áreas de conhecimento acima citadas.

A opção teórica a que se chegou, na elaboração da matriz, foi a de uma avaliação de *competências cognitivas*, em substituição a uma listagem de conteúdos apenas. As competências cognitivas naquela proposta foram entendidas da seguinte forma:

(...) diferentes modalidades estruturais da inteligência que compreendem determinadas operações que o sujeito utiliza para estabelecer com e entre os objetos físicos, conceitos, situações, fenômenos e pessoas. As habilidades instrumentais referem-se especificamente ao plano do saber fazer e decorrem, diretamente, do nível estrutural das competências já adquiridas e que se transformam em habilidades (INEP/SAEB, 2001, p. 11).

Nessa perspectiva, entende-se que as competências se expressam por habilidades envolvidas na resolução de situações-problema baseadas nos conteúdos que compõem o currículo escolar. Assim, nas matrizes encontramos um conjunto de descritores que expressam as habilidades passíveis de serem medidas em avaliações de larga escala.

A Matriz de Referência é, portanto, o documento que contém as competências e habilidades matemáticas que serão avaliadas no teste da Prova Brasil, indicando o que se espera que os alunos sejam capazes de demonstrar em cada série avaliada. O que propõem estes formuladores da proposta do Instituto Unibanco vai nesta direção? Pois se utilizarmos este conceito de competência na tabela acima, quais seriam e quais não seriam competências? Por exemplo, seria “atuar como multiplicador” uma competência? E uma competência passível de avaliação quantitativa? Assim, o modelo pedagógico apresentado possui alguns pontos obscuros que devem ser bem esclarecidos para a total compreensão do professor.

O primeiro material elaborado para uso em sala de aula foi destinado aos estudantes do Ensino Médio. Os conteúdos de Educação Financeira foram organizados em três blocos, que, segundo o texto, foram alinhados com as dimensões espacial e temporal do modelo

conceitual. A estrutura dos blocos é apresentada da seguinte maneira (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 14) (Quadro 2).

Quadro 2 – Estrutura dos blocos

<p>BLOCO 1 ÂMBITO INDIVIDUAL (Situações de curto prazo)</p>	<p>O QUE VOCÊ SABE? Tema 1 Vida familiar cotidiano Tema 2 Vida social Tema 3 Bens pessoais SONHO PLANEJADO</p>
<p>BLOCO 2 ÂMBITO INDIVIDUAL (Situações de médio e longo prazo)</p>	<p>O QUE VOCÊ SABE? Tema 4 Trabalho Tema 5 Empreendedorismo Tema 6 Grandes Projetos SONHO PLANEJADO</p>
<p>BLOCO 3 ÂMBITO SOCIAL</p>	<p>O QUE VOCÊ SABE? Tema 7 Bens públicos Tema 8 Economia do país Tema 9 Economia do mundo SONHO PLANEJADO</p>

Cada um dos nove temas consiste de um conjunto de sete Situações Didáticas (SDs), que, segundo o texto, entende-se “o conjunto de ações e atividades que desenvolvem no aluno as competências que acionam os conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas e variadas situações financeiras do cotidiano” (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 13). Por conseqüência, conclui-se que “as SDs constituem um instrumento que congrega objetos de conteúdo (conhecimentos, conceitos) e objetos didáticos (orientações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências)” (Brasil /COREMEC, 2010a, p. 13).

A proposta do programa é que cada situação didática dure, em média, de uma a duas aulas, o que totalizaria 34 horas-aula em um ano. Além disso, a posição de diluir o ensino pelas várias disciplinas do currículo é apresentada nos seguintes termos:

(...) o material de Educação Financeira pode ser aplicado por qualquer professor de qualquer matéria porque o desejável é que ele faça por meio de sua faceta cidadã e não necessariamente pelo ângulo de sua especialidade. Em outras palavras, um professor de português ou de geografia, que tenha uma vida financeira organizada, pode perfeitamente ensinar os alunos a fazer orçamento.

Não se deve aplicar o raciocínio de que o professor de matemática pode conduzir as SDs ligadas a cálculos numéricos porque a rigor todo cidadão deve saber fazer contas no que se refere à sua própria vida financeira (Brasil/COREMEC, 2010a, p. 15).

Notamos, ao longo de todo livro, como na citação acima, que seus idealizadores não pretendiam colocar o ensino de Educação Financeira nas mãos dos professores de matemática; em verdade, o estímulo estava em que professores de outras disciplinas ensinem o assunto. Por exemplo, nas tarefas onde seria preciso fazer as contas dos gastos numa lanchonete, as contas já vinham como os cálculos feitos.

Considerações finais

A proposta de inserção da Educação Financeira na escola no Brasil se encontra em estágio inicial. Apenas algumas escolas selecionadas participaram de pré-teste com o material didático para o Ensino Médio. Uma coleção de três livros para estudantes do Ensino Médio foi disponibilizada de maneira completa (três volumes) em 2013.

Em nossa análise identificamos muitos problemas e deficiências, tanto no modelo pedagógico proposto como no material didático disponibilizado. Por exemplo, nossa revisão de literatura sugere que qualquer proposta de desenvolvimento de implementação do ensino de Educação Financeira deve passar pela compreensão do que significa uma pessoa educada financeiramente. Este é o ponto central, a nosso ver, quando se pensa na formação de estudantes. Nossa perspectiva também sugere que o ideal seria pensar uma formação ao longo de toda Educação Básica, para que ela se desenvolva a longo prazo de maneira coerente para cada fase de formação do Ensino Fundamental² ao Ensino Médio. Além disso, a falta de cursos de formação de professores para lecionar Educação Financeira pode vir a ser um problema para a inserção do tema na escola.

Um dos pontos na Estratégia Nacional de Educação Financeira que nos causa preocupação e que foi um dos motivos do desenvolvimento deste estudo é a participação de instituições financeiras, em particular dos bancos particulares, na entrega de Educação Financeira na escola. Esta participação acontece em vários países do mundo e também no Brasil. Em outros países, como os Estados Unidos, o material didático é preparado por essas instituições e o ensino do tema na escola fica a cargo de pessoas que não são

² O Ensino Fundamental brasileiro tem nove anos de duração. É a etapa da formação básica dos estudantes que têm geralmente entre 6 e 14 anos de idade.

professores, mas funcionários dessas instituições. Muitos currículos que analisamos foram montados por profissionais ligados a bancos e estavam voltados a preparar os alunos para ser bons consumidores de produtos bancários e futuros investidores. Porém, não consideramos que este seja o objetivo de se ensinar Educação Financeira para estudantes em formação.

Referências bibliográficas

- Brasil/COREMEC (2009). *Proposta de estratégia nacional de educação financeira nas escolas*. Brasil.
- Brasil/COREMEC (2010a). *Educação financeira nas escolas – Ensino médio. Bloco 1 (Livro do professor)*. COREMEC, GAP, UNIBANCO.
- Brasil/COREMEC (2010b). *Educação financeira nas escolas – Ensino médio. Bloco 1*. COREMEC, GAP, UNIBANCO.
- Brasil/ENEF (2011a). *Estratégia nacional de educação financeira – Plano Diretor da ENEF*. Acedido em 05 novembro 2011 em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Imagens/Plano%20Diretor%20ENEF.pdf>
- Brasil/ENEF (2011b). *Estratégia nacional de educação financeira – Plano Diretor da ENEF: Anexos*. Acedido em 05 novembro 2011 em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Legislacao/Arquivo/Plano-Diretor-ENEF-anexos-1.pdf>
- Campos, M. B. (2012). *Educação financeira na matemática do ensino fundamental: Uma análise da produção de significados* (Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Matemática), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, Brasil.
- CNMV/Banco de España (2008). *Plan de educación financiera 2008-2012*. Comisión Nacional Del Mercado de Valores/CNMV y Banco de España. Acedido em 12 agosto 2011 em <http://www.bde.es/webbde/es/secciones/prensa/EdU-Financiera-final.pdf>
- Hofmann, R. M. (2013). *Educação financeira no currículo escolar: Uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil.
- INEP (2001). *SAEB 2001: Novas perspectivas*. Brasília: INEP.
- Losano, L. A. B. (2013). *Design de tarefas de educação financeira para o 6º ano do ensino fundamental*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, Brasil.
- Mundy, S. (2008). *Financial education programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft – Recommendations for best practices*. OCDE Journal: General papers, volume 2008/3. OCDE.
- OECD (2005a). *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*. OECD. Acedido em 20 junho 2012 em <http://www.browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/2105101e.pdf>
- OECD (2005b). *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. Directorate for financial and enterprise affairs*. Acedido em 15 setembro 2011 em <http://www.oecd.org>.
- OECD (2012). *PISA 2012 – Financial literacy assessment framework*. Acedido em 15 agosto 2012 em www.oecd.org/pisa/pisaproducts/46962580.pdf

- Pelicioli, A. F. (2011). *A relevância da educação financeira na formação de jovens* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.
- Saito, A. T. (2007). *Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Silva, A. M. (2011). *Uma experiência de design em educação matemática: O projeto de educação financeira escolar*. Projeto de Pesquisa (Estágio Pós-Doutoral em Educação Matemática). Rutgers, the State University of New Jersey/USA.
- Souza, L. (2012). *Resolução de problemas e simulações: Investigando potencialidades e limites de uma proposta de educação financeira para alunos do ensino médio de uma escola da rede privada de Belo Horizonte* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto – MG, Brasil.